

Grupo de Trabalho: Grupo Temático: Estudos CTS, Práticas Psi e Modos de Produção de Subjetividades

Os modos de produção de subjetividades em economia solidária

Maria Sara de Lima Dias

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Prof. Adjunta do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Bolsista da CAPES-Brasil, e-mail: msaradldias@gmail.com

Marilene Zazula Beatriz

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Prof. Adjunta do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e-mail: marilene.zazula@hotmail.com

Através do suporte teórico da Psicologia Comunitária e da Economia Solidária se objetivou analisar os modos de produção de subjetividades. A econômica solidária tem sua capacidade de ser mediadora de relações interpessoais e expressões de si que são manifestas nos diferentes atores sociais. Tem também o intuito de proporcionar uma metodologia adequada ao trabalho coletivo e autogestionário gerando uma intervenção direta ou indireta nos arranjos locais principalmente na periferia das grandes cidades e em inúmeros pequenos municípios brasileiros. A Economia Solidária envolve tanto a comunidade como seus participantes em diferentes processos de engajamento, de participação e de fortalecimento subjetivo. Durante as feiras de economia solidária, em Curitiba, foram feitas observações e registros de campo no período de um ano. Tais registros e diálogos com os participantes permitiram realizar análises sobre as implicações objetivas e subjetivas dos processos de participação. Também nos permitiram observar a transformação dos modos de expressão e de consciência de si que a economia solidária possui em seu bojo. Considerou-se ainda que a atividade social cooperativa desenvolvida na formação dos grupos de econômica solidária foi primordial para o desenvolvimento dos vínculos entre os sujeitos, e para a transformação das relações sociais. A materialidade dos resultados da participação nos grupos se expressou na continuidade das atividades comuns e no compartilhar, que alteraram o processo histórico cultural deste grupo permitindo novas configurações subjetivas. O desenvolvimento da autoestima e da solidariedade que acontece no espaço social coletivo das feiras, permitiu apontar que a economia solidária ultrapassa as limitações sociais provocadas pela exclusão social, assim como os sentimentos subjetivos de impotência que acomete a muitas das pessoas que se vinculam a coletivos da econômica solidária. Foi possível perceber como fundamental o trabalho de reflexão crítica que acontece na transição de uma atividade isolada para a outra coletiva, outro aspecto importante foi o desenvolvimento de ações coletivas para superação das condições sociais limitadas. Como resultado da mediação subjetiva da formação e da práxis social a economia solidária possibilita novas ferramentas culturais que permitem mudanças subjetivas que repercutem em novos modos de subjetivar a realidade.

Palavras Chave: Economia solidária, Psicologia Comunitária, Vulnerabilidade Social

Introdução

Através do suporte teórico da Psicologia histórico cultural e da Economia Solidária se objetivou analisar os modos de produção de subjetividades, dos atores sociais envolvidos nos processos de arranjos solidários. A subjetividade se expressa no comportamento, no desejo, nas atitudes, na linguagem e na percepção de mundo dos sujeitos. A especificação de um posicionamento epistemológico em relação ao estudo da subjetividade é fundamental, posto que sua definição ontológica remete a sistema de produção e organização de sentidos subjetivos (GONZALES REY, 2005).

Este artigo pretende revelar a capacidade da Economia Solidária (ES), por meio do suporte da psicologia comunitária, de ser mediadora de novas relações interpessoais em que as expressões de si possam ser manifestas pelos diferentes atores sociais em novas formas produtivas, uma vez que compreendemos a subjetividade como uma produção histórico-cultural sensível, portanto, a múltiplos registros socioculturais.

Quando falamos em novas formas produtivas, enfatizamos que a ES produz, de uma forma solidária e participativa, novas sociabilidades. Afirmamos um novo tipo de produção da existência que possibilita novas subjetivações. Isto quer dizer que a ES é uma das formas de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para o bem-viver, fazendo isto com ênfase em relações solidárias e não em relações instrumentais, alinhadas aos interesses do capitalista. A relação entre a participação do sujeito na ES, permite o desenvolvimento de novas produções de sentidos constituídos pelas atividades dos sujeitos, e que influenciam o seu sistema de configurações em sua personalidade (GONZALES REY, 2005). Existe, portanto, uma constante processualidade entre as atividades, a aprendizagem de novas formas de produzir e o posicionamento ativo do sujeito na situação concreta de sua ação sobre a realidade. A ES se caracteriza também em diferentes momentos de participação e de ação do sujeito que implicam em novos modos de produção de subjetividades.

No caso do Brasil, a modalidade de organização de trabalho da ES está configurada em: associações, cooperativas, empresas autogeridas, grupos de trabalhos informais, entre outros. Esta nova conjuntura de trabalho é constituída a partir da livre associação dos/as trabalhadores/as, geridas a partir dos princípios de autogestão, da cooperação, da distribuição de riqueza e da solidariedade. Existe, portanto, sempre uma tensão entre a produção de novos

sentidos subjetivos no espaço destes empreendimentos, e a tendência ou não ao rompimento com velhas formas de produção individualistas.

Ao falar da solidariedade falamos, portanto, da tensão entre ser ou não ser solidário, e dos modos de subjetivar as experiências de solidariedade no seio da ES. A solidariedade envolve o reconhecimento, o respeito e acolhimento do outro e a co-responsabilidade para além do mero cumprimento de deveres, com a divisão de responsabilidades e conseqüências. Para Lisboa (2003) e Spink (2008), a solidariedade envolve valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica. Os dados históricos pesquisados apontam que a Economia Solidária teve sua origem no cooperativismo operário do século XIX, mas ressurgiu no final do século XX em decorrência da precarização do trabalho e do aumento drástico do desemprego devido ao neoliberalismo. Emerge, assim, como uma alternativa aos trabalhadores/as, realizada de forma coletiva, democrática e solidária (ARRUDA, 2003; NASCIMENTO, 2006). Promove a combinação de atividades econômicas com atividades culturais e educativas, valorizando o sentido da comunidade (ARRUDA, 2003). Assim, a economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência, tem um componente educativo extraordinário. A educação para a cooperação e para a autogestão são imprescindíveis para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários uma vez que há que se questionar a mentalidade capitalista. (GADOTTI, 2009; TIRIBA, 2015).

Os empreendimentos econômicos solidários ainda encontram diversas dificuldades para se consolidarem que vão desde a sua concepção do projeto à prática, podemos relatar entre os obstáculos, a baixa escolaridade e qualificação de seus/suas trabalhadores/as em sua maioria oriundos/as de camadas pobres e excluídas. O enfrentamento dessas dificuldades requer um planejamento adequado de formação e capacitação profissional, que envolva a educação continuada dos trabalhadores possibilitando a construção de uma subjetividade pautada em outros valores que não os do sistema capitalista.

Deste modo, a Psicologia histórico cultural ao buscar suporte teórico, metodológico e prático que possibilitem processos de subjetivação emancipatórios e solidários contribui com seus fundamentos para subsidiar a análise da dimensão subjetiva presente em todos os atores sociais envolvidos em empreendimentos econômicos solidários. Passamos a apresentar a metodologia das feiras de formação em economia solidária.

Metodologia

Durante as feiras de economia solidária, a partir de uma experiência de oficinas realizadas junto a trabalhadores/as de empreendimentos situados em Curitiba, Região Metropolitana, Vale da Ribeira e Litoral do Paraná, que ocorreram no período de 2009 a 2012, e fizeram parte de um projeto de extensão promovido pelo curso de Psicologia de uma universidade privada no Estado do Paraná, foram feitas observações sistematizadas e registros de campo, sendo que tais registros e diálogos com os participantes permitiram realizar análises sobre as implicações objetivas e subjetivas dos processos de participação. Também nos permitiram observar a transformação dos modos de expressão e de consciência de si que a economia solidária possui em seu bojo. Passa-se a detalhar aspectos históricos desta formação dos trabalhadores.

Da formação dos/as trabalhadores

A formação dos/as trabalhadores/as ocorreu dentro de um evento maior denominado de Feira Universitária de Economia Solidária. A ideia da formatação de uma feira universitária iniciou-se do estágio obrigatório em Psicologia. No movimento da Economia Solidária do Estado do Paraná, em especial no Fórum Estadual de Economia Solidária (CRUZ e ZAZULA BEATRIZ, 2011), uma das autoras, observou que as maiores dificuldades dos empreendimentos ali participantes eram o escoamento da produção - pois por falta de condições financeiras e estruturais, apresentavam problemas para entrar e se manter no mercado tradicional - e a falta de formação em Economia Solidária, pois muitos empreendimentos estavam construindo sua história por meio de ações e práticas políticas e de participação ativa em fóruns e conferências sem, no entanto, passar por uma formação com debate e discussão sobre o tema.

O projeto de Feira Universitária de Economia Solidária iniciou-se em maio de 2009 e, a partir da segunda edição, tornou-se um evento de Extensão permanente. É importante salientar que a Universidade que acolheu a feira era privada e localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Os objetivos da feira foram: oportunizar o escoamento da produção e da prestação de serviços; possibilitar a conscientização da comunidade acadêmica, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente e propiciar uma semana de formação em Economia Solidária aberta aos empreendimentos econômicos solidários.

A Universidade possibilitou a organização e a operacionalização da feira disponibilizando: espaço, eletricidade, água e segurança, sem ônus para os empreendimentos, além da divulgação na comunidade acadêmica e em seu entorno estimulando o comércio justo e o consumo consciente e ético. Para participar, o empreendimento deveria ser integrante ativo do Fórum Estadual de Economia Solidária e ou do Fórum Regional de Curitiba, região metropolitana, Vale do Ribeira e Litoral do Paraná. Neste sentido, o espaço da Universidade foi considerado apropriado, porque além de amenizar as questões supramencionadas, aproximou a discussão do movimento da Economia Solidária com o meio acadêmico.

O referido projeto de extensão iniciou-se vinculado ao Curso de Psicologia e envolveu, ao longo do tempo, outras áreas de conhecimento como: design de moda, informática, administração, publicidade e propaganda, fotografia, estética, educação física, além do curso de pós-graduação em Formação Educação, Ambiente e Formação Humana para a Sustentabilidade, quer seja para atuar como oficinairos, quer seja para efetuar melhorias na feira de Economia Solidária (estrutura e logística, comunicação e divulgação, formação).

Apresentação dos resultados: implicações objetivas dos processos de participação.

As observações e registros de campo com os participantes permitiram realizar análises sobre as implicações objetivas dos processos de participação. Estes empreendimentos contavam com uma grande diversidade de produtos como: bolsas bordadas, artesanato em filtro de café, fantoches, panos de prato, cachecóis, bonecas de pano, acessórios femininos, produtos rurais, além de uma variedade de doces e salgados das panificadoras comunitárias.

A demanda da primeira formação se deu pela iniciativa e observações de campo, sendo realizada uma Mesa Redonda denominada de: “O Movimento da Economia Solidária no Brasil”. No entanto, a partir da segunda Feira percebeu-se a necessidade de se levantar os temas norteadores das formações junto ao grupo de trabalhadores/as participantes tornando-se, assim, uma construção coletiva.

Tabela 01 – Programa de formação dos/as trabalhadores/as

DATAS	TEMAS TRABALHADOS NAS OFICINAS	OFICINEIROS PARCEIROS
I Feira (05/2009)	Mesa redonda: O Movimento da Economia Solidária no Brasil	Representante de EES urbano, rural, entidade de apoio e gestor público no Fórum Estadual de Economia Solidária
II Feira (10/2009)	Consumo Consciente	Prof. Curso de Psicologia
III Feira (05/2010)	Cultura Solidária; Formação de Preços; Plano Nacional de Comercialização	Alunos da pós-graduação de Educação, Ambiente e Formação Humana para a

	Solidária; Práticas Sustentáveis; Banco Comunitário	Sustentabilidade
IV Feira (10/2010)	Autogestão; Carta de Princípios da Economia Solidária; Formação de Preços	Prof. Administração
V Feira (05/2011)	Apresentação do Produto/Vitrinismo Integração e comunicação humana: feedback; Formação de preços; Iniciação a Fotografia	Prof dos cursos de: Design de Moda; Psicologia; Administração e Fotografia.
VI Feira (10/2011)	Acessórios e Criatividade; Apresentação Pessoal; Regimento Interno da Feira Universitária ; Redes Sociais; Integração do grupo	Prof. dos cursos de: Design de Moda; Psicologia; Informática e Estética.
VII Feira (05/2012)	Integração do grupo – dificuldades e pontos fortes; Falar em público; Qualidade de Vida e saúde;	Prof. dos cursos de Psicologia e Educação Física.
VIII Feira (11/2012)	Cooperativismo; Informática Básica e Redes Sociais	Prof Representante Gestor Público e Curso de Informática

Fonte: Relatórios finais de estágio obrigatório do curso de Psicologia de uma Universidade Privada do Estado do Paraná, no período de 2009 a 2012.

Conforme o demonstrado na Tabela 1, os temas das formações foram direcionados às três dimensões: relacional (cultura solidária, comunicação humana, integração de grupo, falar em público); técnica (formação de preços, vitrinismo, fotografia, informática, criatividade) e política (movimento da economia solidária, carta de princípios, entre outros).

Com relação à busca de profissionais parceiros para ministrar as referidas oficinas, a equipe de organização do evento constatou a dificuldade para se encontrar, dentre os/as professores/as da Universidade e os/as profissionais convidados/as, àqueles/as que tivessem a vivência e a compreensão dos princípios da Economia Solidária. Tal cuidado foi necessário para evitar que os temas fossem tratados sob a ótica do sistema capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que se está buscando formar os/as trabalhadores/as de empreendimentos solidários, percebeu-se a falta de formadores/as preparados/as e a necessidade premente de se constituir uma rede de formadores em Economia Solidária.

Apresentação dos resultados: implicações subjetivas dos processos de participação.

As observações e registros de campo com os participantes permitiram realizar análises sobre as implicações subjetivas dos processos de participação. Aspectos objetivos e subjetivos aqui são didaticamente separados para serem apresentados porém são considerados como interdependentes, não podendo ser analisados como variáveis, e sim como processos e relações entre a realidade objetiva e aspectos e dimensões subjetivas da formação. As configurações subjetivas seriam as responsáveis pelas formas de organização da subjetividade como sistema, e elas são relativamente estáveis por estarem associadas a “uma produção de

sentidos subjetivos que antecede o momento atual da ação do sujeito e que pressiona a produção de sentidos de qualquer nova ação” (GONZALES REY, 2005, p.35).

As referidas implicações subjetivas dos processos de participação serão abordados a partir das dimensões da formação: considerando **o aspecto relacional** (cultura solidária, comunicação humana, integração de grupo, falar em público); **técnica** (formação de preços, vitrinismo, fotografia, informática, criatividade) e **política** (movimento da economia solidária, carta de princípios, entre outros).

Aspectos da dimensão relacional

Ao longo dos processos formativos observou-se um elevado nível de conflito existente entre os/as trabalhadores/as dos empreendimentos. A origem de tais conflitos versou entre: a diferença de vivência de membros que já estão há muitos anos envolvidos com a Economia Solidária e aqueles que são iniciantes, diferenças estas tanto pela falta de conhecimento dos princípios da Economia Solidária por parte dos novos integrantes, quanto pelo desânimo daqueles que há muito tempo lutam por políticas públicas; disputa de poder e rivalidades entre os empreendimentos econômicos solidários, no que concerne a aceitar novos/as integrantes tanto nos fóruns quanto nas feiras e, neste sentido, limitando a ampliação do movimento da Economia Solidária na região Metropolitana de Curitiba, Vale da Ribeira e do Litoral do Paraná. Desde a perspectiva assumida acerca da subjetividade, existe portanto uma tensão na ruptura e na criação de novos sentidos, nos espaços já constituídos subjetivamente.

A disputa de poder entre os empreendimentos econômicos solidários e os demais atores sociais ligados ao Fórum Estadual e/ou Municipal de Economia Solidária, a saber: os gestores públicos e as entidades de apoio – a disputa maior concentra-se entre estes dois últimos. O sujeito e suas motivações de participação na ES vai se constituindo em uma complexa trama desenvolvida com sentimentos de pertença e de associação a determinados grupos e coletivos. A representação sobre a realidade é complexa e se move constituindo novos sentidos da própria solidariedade na ES.

A produção de sentidos sobre a ES, localiza-se em determinado território de pertença, percebe-se uma luta intensa por espaço social mais ampliado em detrimento do real motivo da existência do fórum que são os empreendimentos econômicos solidários. Tal situação levanta uma das contradições do movimento da Economia Solidária, ou seja, onde se deveria privilegiar a autogestão encontram-se, muitas vezes, posturas heterogestionárias advindas do sistema que o próprio movimento busca combater: o capitalista.

Aspectos da dimensão técnica

É importante destacar a inexperiência e a fragilidade de alguns empreendimentos em relação à gestão, quando se percebeu que muitos trabalhadores/as demonstraram total falta de conhecimento em relação à formação de preço de seus produtos. Além disso, observou-se que apesar de os empreendimentos terem passado por várias semanas de formações houve baixo impacto na reformulação/atualização/melhoria da qualidade dos produtos de alguns deles, ocasionando baixa comercialização durante as feiras realizadas na universidade.

Aspectos da dimensão política

Questões foram levantadas pelos/as trabalhadores/as para a efetivação do projeto político da Economia Solidária no Brasil, tais como as faltas de: crédito para os empreendimentos, apoio dos órgãos governamentais e condições para comercialização de seus produtos. Tais situações estão sendo discutidas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e também em instâncias governamentais como a Secretaria Nacional de Economia Solidária, baseados nos resultados advindos das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Portanto, são situações que extrapolam o âmbito de decisão do empreendimento econômico solidário, mas que sem uma definição clara de políticas públicas acabam por prejudicar sobremaneira o dia a dia dos mesmos.

Dos processos de constituição da subjetividade

Com relação aos processos de constituição da subjetividade podemos afirmar que participação dos atores sociais em empreendimentos econômicos solidários promovem mudanças significativas. Na medida em que os movimentos sociais organizados em Fóruns de debates possibilitam a livre expressão dos sujeitos.

Como no Fórum Estadual e/ou Municipal de Economia Solidária, uma das trabalhadoras participantes da oficina pareceu ser a porta voz dos/as demais trabalhadores/as quando comentou: *“A linguagem dos gestores e das entidades tem que ser a mesma dos empreendimentos. Os gestores querem falar pelos empreendimentos, acho que os empreendimentos devem ser ouvidos, os gestores não têm que dizer o que feirantes devem fazer”*.

As lutas e as resistências do povo considerados como atores sociais do movimento da Economia Solidária são construídas coletivamente. E muitas vezes eles individualmente, não

sentem que possuem voz no fórum, sendo que o seu único direito é ouvir e acatar as decisões tomadas pelos gestores públicos e as entidades de apoio. Para falar no entanto este feirante teve que transformar seu modo de expressão e sua consciência de si. Posto que falar em um fórum é falar como representante de uma classe social e é deter a **consciência desta classe**.

A consciência de classe é, portanto, o contrário da **posição de classe**. Sendo relacionada com a autoestima, com a identidade e com a subjetividade enquanto uma construção do pensamento do sujeito. A consciência de classe demonstrada pela feirante, remete a uma concepção que o ser humano, como um ser de direitos, como um ser que possui de si mesmo sua fala e sua expressão. Deste modo, percebeu-se que, após as formações contínuas ela é conhecedora de sua posição dentro da sociedade.

Com isso, em nossa interpretação, a partir da formação em Economia solidária, o sujeito deixa uma visão de posição de classe, de excluído e pode se manifestar em defesa de seus direitos. Esta expressão subjetiva do sujeito mesmo que ocorra muitas vezes de maneira equivocada, demonstra o avanço de seu pensamento como um processo de constituição de uma nova subjetividade.

Para a estruturação da consciência de classe concorrem aspetos como a posição nas relações de produção (conceito objetivo) e aqui a relevância da economia solidária, combinado aos novos hábitos, novos estilo de vida e outros comportamentos culturais.

Pretendeu-se analisar nesta fala e em outros atores sociais, como os modos de subjetivação individualistas e massificadores de nossa sociedade, aos poucos sobre os efeitos da capacitação e da formação em economia solidária vão sendo transformados. Estes modos de ser são fomentados por mudanças subjetivas qualitativas de expressão de si e de experiência participativa. Portanto, o encontro com a formação e a vivência em Economia solidária permite a consciência de si.

Outro aspecto desta análise para além da disputa de poder clara entre tais atores sociais observada nos Fórum Estadual e/ou Municipal de Economia Solidária, o objetivo é refletir sobre o uso do referencial da subjetividade e dos processos de conscientização gerados pela formação em ES. No que tange ao poder local presente no Fórum é clara a concentração da discussão nas mãos da: “ **linguagem dos gestores e das entidades** “, aqui se observa um discurso pautado em uma representação e construção do eu como um sujeito de direitos, que observa na disputa pela territorialidade, a sua força coletiva, determinando novos poderes e disputas, por lugares de suposto saber fazer, um fazer que advoga a si mesmo, no sentido de si do que é próprio do feirante e daquilo que este politicamente almeja, ser representante de si mesmo. (Grifo nosso).

Existe, portanto, uma manutenção dos trabalhadores como objeto das ações do fórum e não a busca de seu fortalecimento e emancipação. Outro comentário importante de um dos participantes evidencia isto: “[...] o mais incrível é que não estamos pedindo bolsa família, vale gás, etc., o que queremos é o direito de trabalhar e isso é que nos deixa indignadas, porque a forma da gente trabalhar é expondo nossos produtos, tendo um local que possamos sobreviver da Economia Solidária, **porque atualmente todos tem que buscar outras fontes de renda. Não estamos pedindo esmola, apenas o direito de trabalhar.**” (Grifo nosso).

Para Sawaia (2001,p.9) “ a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado”. Deste modo estas subjetividades dos feirantes não podem ser explicadas somente pelas determinações econômicas, e sim refletem manifestações produzidas pelos efeitos diretos e indiretos da participação nas formações em ES.

Nas oficinas de capacitação observamos um processo complexo de subjetivação que envolve, identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Assim o psicólogo deve saber que a transformação dos sujeitos não ocorre de forma instantânea e estão sujeitas a avanços, retrocessos e contradições. As oficinas de formação visaram promover a construção coletiva de aprendizados políticos e estratégicos sob os Princípios da Economia Solidária.

A Economia Solidária **reconhece o trabalho** como princípio educativo na construção de conhecimentos, sendo as ações educativas baseadas na autogestão, na cooperação, na solidariedade, na compreensão da diversidade de sujeitos e de ações.

A formação na Economia Solidária **valoriza o saber popular**, construído a partir de ações coletivas, em contraponto com as estratégias individualistas vigentes na sociedade capitalista (GADOTTI, 2009; TIRIBA, 2015). Requer uma formação política, uma vez que visa a autonomia e o fortalecimento coletivo dos/as trabalhadores/as (GADOTTI, 2009; SENAES, 2007). Para além dos conhecimentos teóricos, é preciso construir valores, construir uma cultura solidária que valoriza a diferença (GADOTTI, 2009; SENAES, 2007).

O cerne mais duro da pobreza não se reduz à carência material, mas a exclusão social em não conseguir ser sujeito, uma vez que não envolve apenas a negação ao acesso aos meios de subsistência, mas impossibilita a autonomia emancipatória (DEMO, 2003). Não basta uma participação econômica, é necessária uma participação política.

Os/as trabalhadores/as comentaram que gostariam de ter feiras de Economia Solidária **organizadas com o apoio dos gestores públicos**, em pontos estratégicos da cidade, com boa circulação de pessoas para comercializarem seus produtos, além de divulgarem o que é a

Economia Solidária à sociedade. Na opinião deles/as, isto beneficiaria muitos empreendimentos evitando a sua desistência do movimento da Economia Solidária por falta de estímulos e condições de trabalho e geração de renda, quando decidem procurar por emprego no mercado de trabalho ou atuar na economia informal. Tal fato enfraquece o movimento da Economia Solidária enquanto desenvolvimento de políticas públicas e a implantação de um plano de desenvolvimento para o país.

Psicólogos podem oferecer subsídios para orientar a práxis de enfrentamento dos obstáculos na manutenção da ES. Seu papel é contribuir para a escuta de vivências de prazer e sofrimento dos/as trabalhadores/as, desenvolver a consciência crítica, a autonomia e a solidariedade, re-significando a identidade profissional do/a trabalhador/a e fortalecendo o vínculo grupal. Para as autoras, o resgate da Psicologia Comunitária também é de grande valia, uma vez que historicamente esteve voltada aos grupos populares e minoritários que são os principais protagonistas da Economia Solidária.

A Psicologia insere-se nessa trajetória, a partir de uma perspectiva crítica, quando considera a centralidade do trabalho e sua importância na construção da subjetividade, mas que não se limita a questionar e a denunciar o aprisionamento da subjetividade, a alienação e exploração dos/as trabalhadores/as pelo capitalismo, mas aponta para tentativas dos sujeitos de resistirem a tais processos, emancipando-se/empoderando-se, construindo, coletivamente, uma organização do trabalho que promova modos de subjetivação que valorizem a riqueza da diferença, da singularidade, por meio de novas formas de organização do trabalho como é o caso da Economia Solidária. Em sua atuação, o/a psicólogo/a deve estar atento/a para não reproduzir relações de dominação, ainda que de forma dissimulada, ocupando a posição de agente da libertação ou promovendo uma autonomia meramente individual que, ao contrário, pode agravar os efeitos do individualismo.

Considerações finais

Falar de Economia Solidária é falar [ou deixar de falar] de muitos pontos ao mesmo tempo. É um movimento que está em construção e isto por si só demonstra a complexidade e as contradições existentes e que são muitos difíceis de serem trabalhados sem uma definição clara do que se deseja enquanto sociedade. Apesar das Conferências Nacionais darem pistas sobre que tipo de sociedade os atores sociais envolvidos no movimento da Economia Solidária desejam, como por exemplo, “A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”; “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de maneira

Sustentável” e “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” – lemas das 1ª, 2ª e 3ª Conferências, respectivamente - isto não retrata ainda uma decisão estratégica e de desenvolvimento mais ampla e concreta da sociedade.

Este relato de experiência sobre a implantação das feiras de economia solidária e da formação de seus/suas trabalhadores/as demonstrou que existem muitas dimensões que precisam ser melhoradas pelo movimento, a saber: a relacional, a técnica e a política. Está-se falando de dentro para fora dos empreendimentos, mas também ficou bem demarcado que existem inúmeras questões estruturais e políticas que precisam ser trabalhadas em termos de políticas públicas. Questões relativas ao marco legal, ao subsídio governamental para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, a criação de redes solidárias e a formação propriamente dita, são alguns dos pontos a serem implantados. O caráter complexo da subjetividade permite analisar o sistema de formação como algo que exige um referente teórico, epistemológico e metodológico distinto conforme o momento em que o sujeito concreto se envolve nos empreendimentos de ES.

Apesar dos/as trabalhadores/as da Economia Solidária demonstrarem falta de conhecimento amplo sobre a Economia Solidária percebeu-se que há clareza entre as diferenças fundamentais da Economia Solidária e do sistema econômico capitalista, colocando-se contrários a aspectos como a competitividade e a desvalorização do trabalho humano. O fato da auto-estima do sujeito estar associada a novas experiências diretas na ES, tem implicado em mudanças relacionais fundamentais para a sua participação e defesa do grupo.

Percebeu-se também que apesar de tantas contradições e dificuldades os/as trabalhadores/as da Economia Solidária acreditam nos princípios da Economia Solidária, buscam por políticas públicas, disponibilizam-se para aprender, participam de encontros, fóruns, formações e conferências e crêem que uma economia baseada na solidariedade é possível de ser alcançada mesmo que seja para as próximas gerações. As experiências concretas dos sujeitos afetam os modos de produção de sua subjetividade, configurando novas emoções e processos simbólicos produzidos pelo sujeito em relação a si próprio.

A contribuição da Psicologia neste projeto de extensão foi criar um espaço de diálogo entre os/as trabalhadores/as de Economia Solidária e entre os/as mesmos/as e a comunidade acadêmica. Assim os sentidos produzidos se manifestam na dialogia, na troca de informação que afetam a própria produção de sentidos do sujeito, que se sente associado a um diferente grupo e a um diferente espaço de expressão de si mesmo.

Com relação ao espaço de diálogo entre os/as próprios/as trabalhadores/as, a Psicologia buscou ouvir as questões que facilitavam e as que dificultavam a coesão e o avanço dos empreendimentos econômicos solidários no contexto da realidade urbana em que viviam. A partir destes levantamentos, vários temas relacionais foram trabalhados buscando o desenvolvimento intrapessoal (autoconhecimento) de cada um/a dos/as trabalhadores/as, passando pelo desenvolvimento interpessoal, com o objetivo de se chegar a uma identidade grupal enquanto empreendimentos econômicos solidários que pudessem ter vez e voz nas reuniões dos fóruns de Economia Solidária (quer sejam municipais e/ou estaduais). Tudo isto visando a autonomia e a integração. A Psicologia buscou também aliar-se as outras áreas de conhecimento para que pudessem agregar ao movimento no que tange os conhecimentos técnicos e políticos tão necessários para a compreensão do processo de fortalecimento da Economia Solidária na região.

Porém, percebeu-se que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa avançar em seus conhecimentos e atuações em termos do trabalho humano. Afinal, outra realidade se delinea e esta é a realidade dos atores sociais que buscam atividades que lhes tragam inclusão social, dignidade e cidadania.

São atores sociais que buscam escrever sua própria história, participam de movimentos sociais e lutam por políticas públicas. A Psicologia precisa estar atenta a estas demandas e, mais do que atenta, precisa estar envolvida e comprometida com as causas coletivas, neste caso, com a geração de trabalho e renda de forma associativa. É necessário compreender o funcionamento dos grupos sociais, da autogestão, das disputas de poder, do desenvolvimento de políticas públicas, do desenvolvimento local, de uma visão crítica da sociedade e do modo de organização do trabalho e da distribuição de renda. Ou seja, uma Psicologia voltada para interesses coletivos e que compreenda o movimento histórico dos grupos sociais, bem como suas condições atuais para superar as contradições do sistema econômico capitalista.

Referências

Arruda, M. Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Cruz, G. C.; Zazula Beatriz, M. Feira Universitária de Economia Solidária. [Vídeo]. Curitiba, 2011. Extraído em 29 de março de 2013 de <http://www.youtube.com/watch?v=aUqH5deYf28>.

Demo, P. A pobreza da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2003.

Economia Solidária. Outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

Gadotti, M. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

Gonzales Rey, L. F. (Org.). Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

Lisboa, A. M. Empresa cidadã. In Cattani, A. D. (Org.). A outra economia. (pp.143-148). Porto Alegre: Veraz, 2003.

Nascimento, E. R. Princípios da Economia Solidária. Brasília, 2006. Recuperado de http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2014.

Sawaia, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: _____ (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-11.

SENAES. Princípios e diretrizes metodológicas do processo formativo em economia solidária. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=460&Itemid=1 >. Acesso em 20 abril 2015.

Spink, P. Simpósio 2: redes solidárias, autogestão e solidariedade. redes solidárias, autogestão e solidariedade. In Guareschi, N., (Org.) Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 78-92. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/hwhw6/pdf/guareschi-9788599662908-06.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2009.

Tiriba, L. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação, 2015. Disponível em: < http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci_ncia_econ_mica_e_saber_popular_1__1.pdf>. Acesso em 20 abril 2015.